DIAS & SILVA

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Rua Padre Feijó, 273, Santa Rita, Montes Claros – MG - E-mail: lucineadv@yahoo.com.br . Tel.: (38)998350565

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO LICURGO MOURÃO DA 1ª
CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS**

Denúncia - Processo n. 1024655 (Apenso: 1040573) Município

Ref.: Citação n. 510, 511 e 513/2022

Objeto: SELT ENGENHARIA LTDA. APRESENTA DENÚNCIA POR IRREGULARIDADE NO PREGÃO Nº 044/2017, PROMOVIDO PELA PM DE CORAÇÃO DE JESUS - OBJETO: MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO PELO MUNICÍPIO.

ROBSON ADALBERTO MOTA DIAS, prefeito do Município de Coração de Jesus gestão 2017 a 2020 e atual, **JOSÉ CARLOS MOTA**, Secretário de Gestão Financeira e Planejamento Estratégico e na gestão 2017 a 2020 e atual e **LUCAS WESLEI AULER RAMOS VELOSO**, Pregoeiro Municipal 2017 a 2018, todos já devidamente qualificados nos autos do processo citado, veem, por meio de sua advogada, apresentarem defesa e/ou justificativas acerca dos fatos descritos e das supostas irregularidades apontadas no processo em tela.

I – BREVE RELATO DOS FATOS.

O Município realizou licitação no ano de 2017 cujo objeto referia a contratação de empresa para fins de “MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO PELO MUNICÍPIO para SELT ENGENHARIA LTDA. APRESENTA DENÚNCIA POR IRREGULARIDADE NO PREGÃO Nº 044/2017, PROMOVIDO PELA PM DE CORAÇÃO DE JESUS - OBJETO: MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS E POR DESCUMPRIMENTO DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO PELO MUNICÍPIO”.

Houve denúncia neste órgão de fiscalização da empresa SETL ENGENHARIA LTDA em que questionou que o detinha contrato com o Município de

DIAS & SILVA

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Rua Padre Feijó, 273, Santa Rita, Montes Claros – MG - E-mail: lucineadv@yahoo.com.br . Tel.: (38)998350565

Coração de Jesus no ano de 2016, porém o município não efetuou os pagamentos referentes aos serviços efetivamente prestados. Questionou que o Município publicou no ano de 2017 o Pregão Presencial nº 044/2017, com objeto semelhante em que logrou vencedora a Empresa Soares e M Manutenções e Comércio Ltda – ME. Porém, o edital continha vícios, tais como: na observância à ordem cronológica de pagamento; da existência de cláusula editalícia que determinou que apenas empresas no raio de até 120Km de distância do Município de Coração de Jesus poderiam participar da licitação; e de parentesco entre integrantes do quadro societário de empresa vencedora do certame com o Prefeito do Município responsável pela licitação. A seguir os devidos esclarecimentos.

Houve questionamento do procedimento licitatório n.º 075/2017 questionando dois pontos primordiais: previsão editalícia de participação de empresas em um raio de 120 km de distância da sede municipal de Coração de Jesus e violação ao princípio da moralidade haja vista que o vencedor do certame era parente do prefeito municipal.

No tocante a limitação geográfica imposta no edital para participação no certame está de acordo com as normas do âmbito municipal em vigor visto que o Decreto Municipal de n.º 20/2017 prevê no art. 1.º:

§ 3.º. Nas licitações de bens de natureza de consumo/prestação de serviços que sejam de caráter imediato urgente ou perecível poderá ser considerado âmbito regional a distância de até 120 km do município de Coração de Jesus, devendo constar a adoção de critério posto de forma justificada no edital, quando a licitação for pertinente aos seguintes objetos:

I - serviços de atendimento contínuo de manutenção;

Ou seja, é incontestável que a delimitação geográfica é possível, visto que a manutenção de iluminação pública é de natureza contínua visto que as milhares de luminárias existentes no município (sede e distritos rurais) necessitam diariamente da prestação de serviço. Sendo assim, deveria o MP contestar a legalidade e/ou a constitucionalidade do Decreto Municipal.

O raio estabelecido deve estar condizente com o que preceitua o ordenamento jurídico comprovação de que pelo menos três empresas tenha condições de realizar o objeto do certame no raio delimitado, o raio de 120 KM permite que empresas de polos regionais (Montes Claros e Pirapora) participem do certame. Sendo assim, temos por legal a delimitação, pois o raio permite que dezenas de empresas que tivessem interesse poderiam participar do certame em que se garantiu o caráter competitivo do certame.

Vale ressaltar que o Decreto Municipal que fomenta a participação de Micro Empresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP nos processos licitatórios do Município está em consonância com o Decreto Federal n.º 83538 de 2015 que visa o desenvolvimento da atividade comercial no município e na sua região. Assim

DIAS & SILVA

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Rua Padre Feijó, 273, Santa Rita, Montes Claros – MG - E-mail: lucineadv@yahoo.com.br . Tel.: (38)998350565

estabelece o Decreto Federal:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

Sobre a alegação que empresas poderiam montar estrutura física com abertura de filial no Município é de difícil observância e fora da realidade dos pequenos municípios, pois o custo impediria a adoção de tal medida. Tal medida somente serviria para atrair participantes para o certame sendo que no momento da execução contratual geraria vários transtornos tão comuns em municípios pequenos. A cláusula de limitação geográfica tem somente o único objetivo evitar tais transtornos visando um atendimento eficiente e eficaz junto à população.

O questionamento a respeito da contratação de empresa que possui no quadro societário parentes de 3.º grau do atual Prefeito não existe impedimento legal que impeça sendo que tal fato fora questionado junto a consultoria jurídica a Comissão Permanente de Licitação – CPL que emitiu o seguinte Parecer:

Não há impedimento legal a contratação, decorrente de procedimento licitatório, de parente próximos de servidores ou agentes políticos, devendo, nessa hipótese, acautelar-se o gestor quanto à demonstração nos autos da observância dos princípios da moralidade, isonomia, impessoalidade e da maior competitividade possível, entre outros.

Tal entendimento está em consonância com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais que consta no Parecer Jurídico, a consulta n.º 862.735/2012:

Conclusão: em que pese ser possível, em tese, contratar parentes próximos de servidores ou agentes políticos, por meio da participação em procedimento licitatório, entendo que a hipótese não prescinde da observância aos princípios da moralidade, isonomia, impessoalidade e maior competitividade possível. Recomenda-se, ainda, que, nessa espécie de contratação, o gestor demonstre, nos autos do procedimento licitatório, de forma consistente, que foram respeitados esses princípios, de modo a evitar eventuais suspeitas nos certames. Nesses termos, é o meu parecer.

Na mesma linha a Corte Superior do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG julgou a legalidade da contratação:

ADIN. PARENTES. CONTRATAÇÃO. VEDAÇÃO. Não há

DIAS & SILVA

SOCIEDADE DE ADVOGADOS

Rua Padre Feijó, 273, Santa Rita, Montes Claros – MG - E-mail: lucineaadv@yahoo.com.br . Tel.: (38)998350565

nas Constituições da República e do Estado de Minas Gerais a vedação à contratação de parentes inserta no art. 96 da Lei Orgânica do Município de Francisco Sá, que se afigura contrária ao princípio da simetria com o centro, com fulcro no art. 172 da CE/1989. Tampouco existe tal limitação no regime jurídico das licitações, estatuído pela CR/1988 e pela Lei nº 8.666/1993. Representação acolhida. TJMG 1.0000.06.433868-4/000

Também consultada a Lei Orgânica do Município de Coração de Jesus não existe qualquer impedimento na participação de empresas.

Portanto, não teria como o Prefeito Municipal impedir a participação do certame tendo em vista que não existe vedação legal.

Importante observar que o município assim como este próprio de fiscalização realiza processos licitatórios com exigência de delimitação territorial e tal fato não indica se tratar de empresas com qualquer vínculo familiar com o gestor responsável pela solicitação do objeto. No tocante ao município de Coração de Jesus a utilização de tal cláusula é rotineira e utilizada sempre que o objeto da licitação se enquadra no Decreto Municipal, para fins única e exclusivamente de desenvolver a economia local e regional, conforme direciona a vigente carta constitucional e autoriza a legislação infraconstitucional.

Importante observar que qualquer legislação que busque fomentar a participação de Micro Empresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP estará de alguma forma restringindo o caráter competitivo do certame licitatório. O Decreto Municipal em vigor buscou-se um equilíbrio ao delimitar um raio de 120 km abrangendo empresas cidades de porte pequeno e os polos regionais como Pirapora e Montes Claros.

DA CONCLUSÃO

Esses são esclarecimentos que os denunciante ofertam que entendem que são aptos a demonstrar a regularidade do certame.

Termos em que pede a total improcedência dos argumentos postos da denúncia.

Solicito prazo de 03 dias úteis para juntada de procuração.

Montes Claros – MG para Tribunal de Contas de Minas Gerais – MG, 07 de fevereiro de 2022

Lucinea Dias

Lucinea Dias

OAB/MG 102.720